CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA Nº 1/2016 - RAT

Ata da 11ª Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) do Conselho Nacional do Ministério Público, realizada em 13/04/2016.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 15 horas e vinte e cinco minutos, na sala de reuniões da Presidência do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, iniciou-se a Décima Primeira Reunião de Acompanhamento Tático da Presidência, Secretaria-Geral e suas respectivas unidades. Na ocasião, cada unidade pôde apresentar três projetos, iniciativas ou indicadores de destaque desenvolvido pela sua unidade no primeiro trimestre de 2016. Presentes o Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul; o Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto; os representantes da Secretaria de Gestão Estratégica, Weskley Rodrigues dos Santos (Secretário) e os servidores Josias Mendes da Silva, Sávio Neves do Nascimento e Ana Maria Torres; a Assessora de Comunicação Social e Cerimonial, Natália Bernardes Senna Veloso; a substituta da Auditoria Interna, Renata Alencar Campolina; a Chefe de Gabinete da Presidência do CNMP, Eliane Rodrigues de Sales; o Secretário Executivo, Roberto Fuina Versiani; o Secretário de Tecnologia da Informatização, Gustavo Fonseca Gonçalves de Almeida; o Coordenador de Gestão de Pessoas, Luiz Armando Lopes Campião; os representantes da Secretaria Processual, Daniela Nunes Faria (Secretária) e o servidor Tiago Veronesi Giacone; a Secretária de Planejamento Orçamentário, Taissa Dagher; a substituta do Secretário de Administração, Inês Borges Viana e o servidor da Secretaria de Administração, Esdras Jamil Cremer Francisco. O Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul, saudou todos os participantes e iniciou a reunião, passando a palavra ao Secretário de Gestão Estratégica, Weskley Rodrigues. Weskley anunciou a publicação da portaria que dispõe sobre o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (PE-CNMP) e dá outras providências, que foi publicada em 05 de abril de 2016. Ele lembrou a importância histórica da portaria para o Conselho, pois consolida tudo que a casa estava fazendo ao longo

de seis anos, sem a devida positivação dos atos. Explicou que a rapidez no processo de aprovação e publicação da portaria deu-se em virtude da necessidade de atendimento à determinação do Acórdão nº 1273/2015 – TCU - Plenário que cobrava do Conselho um modelo de Governança. Weskley destacou que a norma traz inovações, como um capítulo destinado à transição da gestão, processo que objetiva assegurar a continuidade administrativa e contribuir para a promoção da boa governança no âmbito do CNMP, determinando ao atual gestor apresentar, até o fim de sua gestão, um relatório circunstanciado ao sucessor. O Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha, enalteceu a importância da portaria, como uma das mais importantes da casa. Esclareceu que para a efetiva normatização do Modelo de Gestão e Governança Integrada da Estratégia (MGGIE) ficaram pendentes apenas asMetodologias de Processos e de Gestão de Riscos. Informou ainda que esta portaria, aprovada pelos Conselheiros, revoga a Portaria CNMP-PRESI nº 138, de 26 de outubro de 2015, que instituía os novos indicadores estratégicos do PE-CNMP. Ao final restou deliberado pela apresentação da referida portaria na 1ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP) que ocorrerá nos dias 14 e 15 de abril. Em seguida, Weskley Rodrigues relatou sobre o indicador de "Excelência em gestão" baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e discorreu sobre os procedimentos para participar do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) em 2017. Falou ainda que foi feito um pré-diagnóstico utilizando a avaliação mais pessimista possível pela equipe da SGE, tendo em vista que a meta para o ano de 2016 era alcançar 125 pontos, mas o resultado de 459 pontos foi surpreendente. Esclareceu que para se participar do prêmio é necessário alcançar 1.000 pontos. Falou ainda sobre a ações a serem tomadas, como a contratação da FNQ para a realização do programa de auto-avaliação, que consiste em entrevista com gestores levantando evidências e pontos de melhorias, resultando num diagnóstico institucional com visão externa a ser aproveitada na revisão do PE_CNMP. Depois explicou que, por ser mais completo, foi adotado o MEG e não o modelo do Ministério do Planejamento, o GesPublica. Wilson Rocha reforçou os trabalhos do GT-Riscos e a importância da participação voluntária dos servidores, que passarão por cursos de capacitação. Em seguida, passou-se a palavra à Presidência que tratou acerca do atraso no andamento das atividades referentes à iniciativa sobre a Pesquisa de Imagem com os membros do MP acerca da atuação do Conselho. Eliane esclareceu que a Assessoria de Comunicação (ASCOM) auxiliará na adesão dos membros à pesquisa de imagem, visando fazer com que o membro possa entendê-la como útil futuramente. Natália falou que seria interessante elaborar um projeto com um plano de ação, indicando o que será feito em seguida com os resultados da pesquisa, com o objetivo de fortalecer a imagem institucional. Wilson Rocha frisou que o problema da adesão não é tão importante no momento e entende que os membros querem avaliar o CNMP. Eliane Sales falou que o membro auxiliar da Presidência, Alexandre

Lima Raslan, sugeriu constituir um grupo de trabalho com os membros auxiliares para a elaboração do questionário. Ela explicou que, na verdade, entende tratar-se de dois problemas: adesão e utilidade da pesquisa, necessitando de um projeto com plano de ação, em 3 eixos, a saber: avaliação do MP pela sociedade, avaliação do CNMP pela sociedade e avaliação do CNMP pelo MP, considerando assim dois focos: a sociedade e membros do CNMP. Wilson Rocha lembrou do cuidado para não alterar o instrumento de coleta para não inviabilizar a série histórica do indicador. Restou deliberado que será realizada uma reunião com a Assessoria de Comunicação, Secretaria de Gestão Estratégica e Secretaria de Tecnologia da Informatização para discutir sobre o indicador e o que realmente se quer, após isso o projeto será apresentado à equipe de secretários. A Assessoria de Comunicação e Cerimonial comprometeu-se em trabalhar a identidade visual da pesquisa. Wilson Rocha disse que o Plenário será informado de que será realizada apenas a pesquisa de membros neste ano e que, por dificuldades orçamentárias, a pesquisa de opinião com o cidadão ficará para o próximo ano. Sugeriu também a utilização de formulário no Google docs. O servidor Sávio ponderou sobre a necessidade de identificação do respondente. Gustavo Fonseca (STI) acrescentou que a Secretaria de Tecnologia da Informatização já possui uma estrutura de coleta, porém é necessária uma base de dados cadastrais atualizada. Em seguida, Eliane Rodrigues apresentou o MP – Um Retrato como iniciativa em andamento dentro do prazo previsto, em fase de diagramação gráfica e revisão pela Secretaria de Gestão Estratégica com previsão de entrega final do produto para o dia 17 de junho, com a presença do ex-Membro auxiliar Michel Betenjane Romano. E quanto ao ELO – Segunda Fase informou que o projeto abrange a Ouvidoria, a Corregedoria e as Comissões. A Corregedoria antecipou-se a entrega de maio para 1º de abril, e continua a seguir o cronograma, sem atrasos, em desenvolvimento do módulo da Ouvidoria. Com a palavra, Natália Senna destacou os projetos da Assessoria de Comunicação, dentre eles o Portal da Transparência, que foi entregue no dia anterior, dentro do prazo estabelecido. Ela destacou sua importância para o avanço na qualidade de prestação de serviços à sociedade. Exaltou a importância do apoio da Presidência e do patrocínio do ex-Membro Auxiliar Michel Romano. Falou também que foi aproveitado o design da proposta do Portal da Transparência do Ministério Público e ressaltou a importância de se automatizar as informações com o uso do BI, apresentando uma análise intuitiva e qualitativa, sendo necessária a intervenção da STI. Wilson Rocha ponderou que, pela excessiva demanda, há a necessidade de definição das prioridades na implantação do BI, bem como a adequação da força de trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informatização. Natália saudou todos os que participaram do projeto de trabalho, em especial a Vivian, na etapa referente a inserção de dados abertos, e sugeriu a instituição de um Comitê Gestor do Portal da Transparência. Nesse sentido, Weskley Rodrigues relembrou que hoje a Secretaria de Gestão Estratégica cobra a inserção dos dados, mas sem a devida competência

legal, na ausência de uma unidade gestora. No que diz respeito à navegação, Natália ressaltou que houve uma substancial melhoria, mas é necessário que as pessoas insiram os dados abertos. Eliane Sales reforçou a importância da criação do comitê gestor, pois o portal está navegável, de boa qualidade gráfica, mas falta o acompanhamento das matérias, evitando a ausência de conteúdo, como por exemplo a falta de alguns contratos de servidores terceirizados no Portal. O secretário-geral ponderou sobre a necessidade de brevidade nas exposições, pois a Reunião Tática não pode se tornar operacional com o as Reuniões Operacionais e reafirmou o interesse em voltar a participar destas reuniões. Em seguida Natália falou acerca da reformulação da intranet, tendo concluído a 1ª Etapa (diagnóstico) e a segunda etapa (Planejamento) será entregue na semana do servidor, aproveitando o momento elogiou a qualidade do trabalho coordenado pela Bruna. Outro projeto apresentado pela Natália foi o "Guia de orientações gerais para publicação do CNMP", elaborado pela Luana e sua equipe, como parte de um projeto da política de comunicação, elaboração dos planos diretores e manuais e que por ora, devido à urgência, será apresentado como guia e, depois de experimentado e submetido à avaliação do Subcomitê Estratégico de Comunicação, constituir-se-á em um manual de procedimentos da comunicação. Aproveitando para parabenizar a equipe, Natália apresentou os indicadores da Assessoria de Comunicação. Ela informou que a Assessoria de Comunicação está coletando 33 indicadores operacionais, que estão sendo úteis para a melhoria de desempenho da equipe, como os dados da imprensa, que obteve um aumento expressivo, comparado aos dados de 2015, pois já fez 50% a mais que todo o ano passado e que apesar do esforço no processo de planejamento da casa nos meses de janeiro e fevereiro, a equipe dobrou sua produtividade, sendo a imprensa um grande desafio para a área, revelado pelo número de atendimento, bastante qualificado, e que passou de um total de 230, o ano inteiro, para 119 neste primeiro trimestre. As notícias publicadas no site também aumentaram de 34 no mesmo período do ano passado para 57 neste ano. As notícias sobre o CNMP na imprensa hoje já somam 4.254 notícias, muito maior que ano passado inteiro com 7.620, totalizando, em apenas três meses, mais de 50% de matéria publicada sobre o CNMP no ano de 2015. O Facebook de janeiro a março alcançou cerca de 10 mil novos seguidores e, apesar do crescimento, o mais importante são os comentários dos participantes, a fidelização e o comprometimento, fortalecendo o Facebook como canal de comunicação com a sociedade. Ainda em relação ao fato de imprensa, Natália falou do Projeto CNMP em Pauta, antigo Ronda, implementado no Conselho por Claúdia Lemos, aproximando a Assessoria de Comunicação dos gabinetes, obtendo informações antes de serem publicadas e levando a Assessoria de Comunicação a agir proativamente, evitando o CNMP seja pautado pela imprensa, com, muitas vezes, veiculações erradas, negativas para a imagem do Conselho. Em seguida, passou-se a palavra ao Coordenador de Gestão de Pessoas, Luiz Armando Lopes Campião, que tratou acerca do

programa de educação financeira já iniciado sob forma de instrutoria interna, em dois módulos. O primeiro módulo é pré-requisito e trata sobre noções básicas e o segundo módulo é em nível avançado. Em seguida falou acerca da iniciativa de aprimoramento das rotinas no Mentorh. Em relação ao pedido de férias, informou que já está automatizado e alteração de férias e substituição em breve também serão realizadas via sistema. Ele também apresentou os resultados sobre o atendimento remoto aos usuários. A STI falou que já sinalizou como pronto a parte do sistema, falta apenas o Campião se reunir com o Gustavo para as tratativas finais. Sobre as normatizações, Campião disse que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas percebeu que existem muitas portarias que são da PGR ou são muito antigas e o CNMP precisa de normatizações próprias. Dito isso, informou que já estão prontas a de Estágio, a da Pós-Graduação e em breve a do GRIFO e a da Regulamentação da movimentação interna. Campião informou que o Mapeamento e Gestão por Competências já começou e tem um planejamento até junho, quando irá ser submetido ao Subcomitê de Gestão de Pessoas (SEGP). Também foi submetido ao SEGP o Plano Diretor, obtendo autorização para atualizar. O Plano de Capacitação também foi submetido ao Subcomitê e já houve aprovação por parte do Secretário-Geral. Neste momento, Weskley Rodrigues apresentou a experiência do Tribunal de Contas da União na implementação da Gestão de Competências através de criação de um banco de competências, onde o servidor apesar de vinculada a uma unidade, presta serviços relacionados à sua competência à outra unidade. Em seguida, tomou a palavra o Secretário de Tecnologia da informatização, Gustavo Fonseca, que apresentou cinco indicadores do Plano Diretor, aprovado em março, homologado pelo Subcomitê de Tecnologia da Informatização e publicado em portaria. Ressaltou que a STI, por recomendação da AUDIN, inativou todos os indicadores antigos, coletando novos dados a partir deste ano, tendo hoje 13 indicadores, 3 deles são estratégicos e 10 relacionados ao PDTI. Dos indicadores em destaque, Gustavo tratou acerca do Índice de execução do PDTI. Ressaltou que olhando para este indicador dá para saber, pela cor, se está cumprindo o PDTI, pois a cada RAT representa o número de ações terminadas sobre o número de ações que estava previsto para o período. Frisou que os números apresentados não são representativos, porque a maioria das ações tem previsão de dois anos, mas o desempenho está superior à meta. Em seguida apresentou indicadores atrelados aos objetivos de contribuição. Gustavo esclareceu que o Índice de responsabilidade de serviços trata-se de uma cesta de serviços como ELO, Diário Eletrônico, correio eletrônico, sistema de arquivos, portal da internet e outros. A meta é 99 e o valor este mês foi de 99,74. No índice de Satisfação dos usuários, em março, dos 15 atendimentos avaliados, representando cerca de 22% dos atendimentos, 93% foram avaliados Bom/Ótimo e reforço junto aos Secretários a necessidade de divulgação da importância de avaliação imparcial. Gustavo também apresentou o indicador Divulgação da TI, informando que até 31 de março já foram realizadas 16 publicações,

perfazendo um total de 33% do que deve fazer no ano inteiro e superando a média mensal de 4 por mês. E por fim, no indicador “Acesso a ferramenta de BI”, a meta é de 1.411 acessos, vinculado ao objetivo de contribuição de fomentar o uso do BI. Teve 100, 104 e 105, em janeiro, fevereiro e março, respectivamente, superando a meta mensal. Ao finalizar sua fala, Gustavo ressaltou a importância gerencial dos indicadores e relembrou que todos estão automatizados em sua coleta, sendo permanentemente alimentados no Channel. Tomando a palavra, Roberto Fuina, Secretário Executivo, destacou que nas Reuniões Operacionais poucas unidades têm utilizado os indicadores e reforçou a importância da adoção desta sistemática de monitoramento, porque são bem representativos e gerenciais. Em seguida, a Secretária de Planejamento Orçamentário, Taissa Dagher, apresentou o indicador estratégico que trata da Execução do Orçamento discricionário, que está com o desempenho de 77% sobre a meta de 90%. Se considerar o valor de 100%, a execução alcança 70%, no valor empenhado, devido ao empenho da maioria dos contratos continuados até o final do ano e, quanto ao liquidado a execução está em 15%, muito aquém do empenhado. Taissa, reforçando a fala do Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha, relembrou ainda o compromisso com a execução do atual orçamento, pois os cortes realizados no Plano de Gestão 2016 serão cobrados e monitorados, devendo as unidades informar a incapacidade de execução antes mesmo da reprogramação orçamentária. Quanto à Proposta orçamentária 2017, Taissa Dagher ressaltou que se encontra em fase de elaboração. A área fim deverá encaminhar a proposta até o dia 22/04 e a área meio até 29/04. Solicitou que as unidades cumpram os prazos porque já na primeira quinzena de maio a proposta será encaminhada a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). Weskley relembrou a necessidade de vinculação entre o Planejamento Orçamentário com o Plano de Gestão 2017, em especial quanto à nomenclatura. Em seguida, Renata Campolina, Auditora-chefe substituta, apresentou os projetos em destaque da Auditoria Interna. Ela parabenizou e destacou o esforço da administração no atendimento ao acórdão do TCU 1273/2015, resultando em resultados concretos, como a Portaria que trata do planejamento estratégico e da governança. Apresentou o Plano de Auditoria Interna (PAINT) e destacou que as contas de 2015 do CNMP não serão julgadas pelo TCU no exercício atual. Dessa forma a AUDIN, em 2016, poderá focar na organização interna, acompanhamento e monitoramento das recomendações exaradas pela Auditoria, objetivando resolver a lacuna existente nas recomendações não revisitadas pela AUDIN, com enfoque maior no ano de 2012, pois este ano apresenta o maior percentual de recomendações sem análise pela AUDIN. A Auditoria ainda não definiu uma meta razoável para recomendações acatadas pelos gestores. Explicou ainda que a Auditoria pode baixar recomendações que perderam o efeito ou foram revistas e que o acompanhamento poderá ocorrer em novas auditorias para novos achados e para o acompanhamento de recomendações já exaradas. O Secretário-Geral ponderou ser inadmissível um órgão de controle apresentar um

quadro como o apresentado pela Auditoria, devendo as recomendações terem “vida curta” e serem priorizadas pelos secretários. Também reforçou a necessidade de revisitar a Portaria CNMP-PRESI nº 57/2014, para que a AUDIN realize a imediata verificação do atendimento à recomendação. Wilson Rocha, reafirmou a necessidade de acompanhamento, pois se a AUDIN recomendou tem que acompanhar os planos de ações, evitando que as unidades cumpram e a AUDIN não atualize, resultando em prestação de informações ao TCU com muitas recomendações que foram cumpridas, porém não foram acompanhadas pela AUDIN, que continua produzindo novas recomendações, necessitando corrigir esse erro de metodologia. Ressaltou que, mais problemático ainda, é que o CNMP, como não houve um momento de idealização, de arrumação, vem corrigindo os erros ao longo de sua caminhada, e precisa alcançar uma maturidade, pois tem obtido maior visibilidade externa. Deste modo, é preciso realinhar os sistemas, chamar os secretários à responsabilidade, pois a prioridade principal é não ter recomendação pendente, seja porque foram equivocadas ou porque não foram acatadas. Wilson Rocha reforçou a fala do Secretário, afirmando que determinará às unidades que priorizem o cumprimento ou a notificação à Auditoria sobre o status das 177 recomendações existentes hoje na casa. Reforçou que é necessário o acompanhamento permanente e com periodicidade menor de monitoramento. O objetivo da atual administração é zerar as recomendações pendentes, pois quer que a moralidade seja o direcionador dessa casa. Renata Campolina afirmou ser necessário melhorar o processo de auditoria, de modo a priorizar a reanálise das recomendações, porém muitas delas, dadas a sua complexidade, necessitam praticamente de uma nova auditoria. Renata também explicou que não havia como parar as auditorias, pois eram produtos de determinações do TCU e que, somente agora, devido a desnecessidade de prestação de contas ao TCU, e pela chegada de novos servidores, poderá ser realizado este trabalho de revisita às recomendações expedidas, conforme planejamento. Restou deliberado que a Auditoria Interna encaminhará as pendências aos secretários e cada unidade verificará o que pode fazer de imediato e posteriormente vão marcar uma reunião com a Administração. Deliberou-se, por sugestão do Gustavo, que como forma de priorizar o atendimento às recomendações, seja previsto um projeto relacionado ao assunto no plano de gestão de cada unidade. Sugeriu-se também o acompanhamento pela Auditoria Interna nas reuniões de análise operacional (RAO). Também se deliberou por uma reunião de alinhamento sobre as recomendações pendentes seja em uma Reunião de Secretários ou uma Reunião de Acompanhamento Tático extraordinária. Passada a palavra para a Secretaria de Administração substituta, Inês Borges, ela informou que a iniciativa Telefonia Fixa foi concluída, e devido à uma adequação de minutagem pela COENG, somado à uma queda nos valores unitários, obteve-se uma economia orçamentária de 55 mil/ano, totalizando quase 50% em relação ao contrato anterior. Tratando sobre o Calendário de contratação, Inês, analisou os artigos da

Portaria de publicação do Plano de Gestão que tratam da contratação e ponderou que a unidade tem que manifestar no prazo do calendário, admitindo-se um prazo de 15 dias de tolerância na entrega do Termo de Referência e da Manifestação da Prorrogação, devendo, nestes casos, ser submetido à apreciação do Secretário-Geral e, nos casos de prorrogação, fazer uma consulta a junto ao contratado com antecedência para ter tempo de elaborar novo termo de referência, em caso de negativa da contratada. Quanto ao contrato de aluguel do prédio, ela ressaltou que o valor anterior era de 650 mil, foi proposto um reajuste de 728 mil a partir de 1º de março, e ao final das negociações chegou-se a um valor de 598 mil, retroativo a abril, cerca de 17% menor que o planejado no Plano de Gestão 2016. Incorporou-se ainda 58 mil de contrato de manutenção predial ao aluguel supracitado. Desta forma, será elaborado termo aditivo, incluindo no contrato os serviços de manutenção predial. Encerrando a reunião, a Secretaria Processual informou que o Plano de ações da Secretaria Processual contém entre 12 e 13 ações, de caráter interno que visam à organização atender o público interno, e por isso preferiu apresentar dois dos seus indicadores, quais sejam: o Índice de Cumprimento de Resoluções e o de Cumprimento de Recomendações. Quanto ao Cumprimento de Resoluções, informou que se alcançou 95%, algumas em fase de cumprimento e outras aguardando respostas. No Cumprimento de Decisões alcançou-se 97,37% da meta, sendo que alguns processos estão em fase de cumprimento e outros em fase de instauração de RCAs para averiguar o não cumprimento. O servidor Thiago Veronesi lembrou que o Índice de cumprimento é feito com utilização do BI, sendo que esse total não está contando os processos do Elo. Dr. Wilson Rocha ressaltou a importância de se comentar a pauta do Plano de Gestão Documental e tratar da gestão, verificando o que o CNJ e outros órgãos fizeram nesse sentido. Daniela também informou que o protocolo foi unificado, fazendo agora parte da Secretaria Processual, e tão logo se publique a portaria de regulamentação ocorrerá a divulgação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dezoito horas e vinte e cinco minutos, lavrando-se a presente ata.